

Judiciário

em foco

ANO 2 - NÚMERO 19

DEZEMBRO - 2008

Informativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre
www.tjac.jus.br

Guarda Compartilhada

Pais dividem responsabilidade legal sobre filhos

Páginas 8 e 9

TJAC investe na melhoria física das suas unidades

▶ **Controle Interno, Coordenadoria de Engenharia e Comissão de Licitação têm novas instalações**

Página 10

▶ **Juizados Especiais Criminais de Rio Branco atendem em novo endereço**

Página 11



Mensagem da Direção

Ao final do nosso segundo ano de trabalho à frente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre é com grande contentamento que nos dirigimos mais uma vez aos magistrados, servidores e parceiros do Judiciário acreano para agradecer a dedicação e seriedade empregadas no exercício diário das suas atividades em 2008.

A todos que, conscientes da missão do Poder Judiciário, fazem a Justiça no Acre, o nosso agradecimento público e a confiança da tarefa executada e obrigação cumprida. No próximo ano, que os sentimentos de fé, esperança, coragem, superação e justiça possam estar presentes em nossos novos dias, convergindo os interesses em prol de um Judiciário firme e isento, independente e responsável, acessível e eficiente, afinado com as realidades do nosso Estado e com os anseios da nossa sociedade.

Des.^a *Izaura Maia*
Presidente

Des.^a *Pedro Ranzi*
Vice-Presidente

Des.^a *Eva Evangelista*
Corregedora Geral da Justiça



Judiciário
em foco

EXPEDIENTE

As colaborações e sugestões podem ser enviadas à Assessoria de Comunicação Social do TJAC através do e-mail ascom@tjac.jus.br. Mais informações pelos telefones (68) 3211-5356 e 3211-5357

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE
Biênio 2007-2009

Presidente
Des.^a Izaura Maia

Vice-Presidente
Des. Pedro Ranzi

Corregedora Geral da Justiça
Des.^a Eva Evangelista

O Judiciário em Foco é uma publicação da Assessoria de Comunicação Social do TJAC

Assessora-Chefe
de Comunicação Social
Letícia Mamed

Redação e Edição
Angelo Douglas
Antônio Kléber
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Projeto Gráfico e Diagramação
Angelo Douglas
Fernando Sobrinho
Letícia Mamed
Nattércia Damasceno

Fotos
Acervo da Assessoria de
Comunicação Social do TJAC

Jornalista responsável:
Antônio Kléber (MTB 12/92)

Impressão: Parque Gráfico do TJAC
Tiragem: 2.000 exemplares
Distribuição: Gratuita
Circulação: Nacional

Rua Floriano Peixoto, 456.
69.908-030. Rio Branco-AC.
Tel. (68) 3211-5356 / 3211-5357.
Internet: www.tjac.jus.br
E-mail: ascom@tjac.jus.br



8 de Dezembro, Dia da Justiça

A data é comemorada desde 1940, em referência à Imaculada Conceição. A primeira celebração oficial em referência ao Dia da Justiça ocorreu dez anos mais tarde, por iniciativa da Associação dos Magistrados Brasileiros. A Lei 1.408, de 1951, instituiu este feriado forense em todo o país.



■ Ano de 1996

Concurso de Redação

Concurso de Redação envolve a comunidade nas comemorações alusivas ao Dia da Justiça. Alunos das escolas públicas e particulares são premiados por suas redações sobre a Justiça.



■ Ano de 2002

Gincana do Judiciário

Atividade recreativa celebra o Dia da Justiça com participação de todas as unidades do Poder Judiciário.



■ Ano 2004

Exposição

Exposição organizada em frente ao Fórum Barão do Rio Branco explica à comunidade o funcionamento do Judiciário no Brasil e no Acre

M
E
M
Ó
R
I
A
F
O
T
O
G
R
Á
F
I
C
A

Eleita a nova Direção do Tribunal de Justiça para o biênio 2009-2011

Em Sessão Extraordinária realizada no dia 3 deste mês, o Pleno do Tribunal de Justiça escolheu a nova Direção para os próximos dois anos. Como já é tradição na história da Corte de Justiça do Acre, em virtude da recusa do Desembargador Feliciano Vasconcelos, primeiro na linha sucessória do TJAC, o Desembargador Pedro Ranzi, atual Vice-Presidente, foi eleito por unanimidade para presidir o Tribunal no biênio 2009/2011.

Para os cargos de Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça foram eleitos, respectivamente, também por unanimidade de votos, os desembargadores Adair Longuini e Samoel Evangelista. Na sequência, o Tribunal Pleno escolheu a Desembargadora Miracele Borges para presidir a Câmara Cível, o Desembargador Feliciano Vasconcelos para a Câmara Criminal, e a Desembargadora Eva Evangelista para Direção da Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC).

O Pleno ainda reconduziu o desembargador Arquilau Melo e elegeu a desembargadora Eva Evangelista como membros efetivos do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE-AC), durante o biênio 2009-2011. Para a primeira e a segunda suplência do TRE-AC foram escolhidos os desembargadores Izaura Maia e Feliciano Vasconcelos, respectivamente.



AGRADECIMENTOS - Proclamados os resultados das eleições, a atual Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, finalizou a sessão com alguns agradecimentos: aos parceiros na atual Direção, desembargadores Pedro Ranzi (Vice-Presidente) e Eva Evangelista (Corregedora Geral da Justiça), pelo companheirismo, e aos Membros da Corte, pelo constante apoio concedido à sua gestão. “Muito me orgulha ter chegado até aqui. Fui muito bem recebida pelos senhores e estou feliz por ter representado bem a Corte de Justiça do Acre, cujas características principais

são a união, coesão, harmonia e trabalho”, frisou Izaura Maia.

O Desembargador Pedro Ranzi também aproveitou a oportunidade para registrar seus agradecimentos por sua eleição e disse se sentir preparado para o novo desafio. “Sinto-me bastante feliz pela confiança depositada em mim pelos senhores e lhes digo que darei continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela atual administração, procurando melhorar cada vez mais as ações do nosso Tribunal. Aprendi muito nesses dois últimos anos de trabalho em parceria com as

desembargadoras Izaura Maia e Eva Evangelista, motivo pelo qual me sinto preparado para contribuir ainda mais, visando sempre o fortalecimento do Judiciário acreano”, declarou.

Ao agradecer sua indicação para o cargo de Vice-Presidente, o Desembargador Adair Longuini também se pronunciou: “A nova administração contará com minha inteira colaboração para que possa desenvolver um grande trabalho, priorizando os servidores e oferecendo uma prestação jurisdicional de qualidade ao cidadão”, concluiu.

Justiça Comunitária é um dos 25 programas

■ No dia 10 deste mês, durante solenidade realizada na Escola Josué Fernandes, no bairro Mauri Sérgio, em Rio Branco, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, lançou o Território de Paz no Acre, projeto que integra o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), voltado para o enfrentamento da criminalidade no Brasil.

O evento contou com a presença do Governador Binho Marques, da Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargadora Izaura Maia, e do Prefeito da Capital, Raimundo Angelim. Na mesma oportunidade, o Ministro lançou

no Estado 25 programas de combate à criminalidade, dentre eles o Justiça Comunitária, desenvolvido pelo TJAC.

No Acre, o Território de Paz soma-se às Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs), projeto do Governo do Estado cujo objetivo é levar serviços estruturantes e programas de longo alcance social às comunidades mais carentes das

Programas de combate à criminalidade são lançados pelo Ministro no Estado



Izaura Maia é homenageada pela Academia Acreana de Letras

No dia 9 de dezembro, ocorreu a Primeira Sessão Extraordinária Solene da Academia Acreana de Letras (AAL) no Palácio da Justiça, oportunidade em que a Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargadora Izaura Maia, foi homenageada com o Diploma de Membro Benemérito da instituição.

Os acadêmicos foram recebidos pelos desembargadores Izaura Maia, Presidente, Pedro Ranzi, Vice-Presidente, e Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça. Prestigiada pelo Diretor do Foro da Comarca de Rio Branco, Juiz Luiz Camolez, diretores, assessores e demais servidores do Judiciário, a atividade foi aberta pela Presidente do Tribunal e conduzida pelo Presidente da Academia, escritor Clodomir Monteiro, que se fez acompanhar dos imortais Jorge Araken, Clara Bader, Florentina Esteves, Robélia Fernandes, Luisa Lessa, Maria José Bezerra, Dalmir Ferreira, José Higino, Naylor George, Fátima Almeida e Claudemir Mesquita.

Ao iniciar a atividade, Izaura Maia disse que o evento traduz-se em motivo de grande honra para a Corte Acreana e lembrou a primeira visita dos membros da Academia ao Tribunal, ocorrida no dia 11 de novembro de 2007, por ocasião da comemoração dos 70 anos de fundação da instituição, e quando foi concedido ao TJAC o Diploma de Membro Mantenedor da AAL.



Presidente do TJAC é homenageada com o Diploma de Membro Benemérito da AAL

Em agradecimento, nessa segunda visita, a Desembargadora repassou ao Presidente da AAL, Clodomir Monteiro uma cópia fotográfica impressa e digital da primeira edição da revista Hiléia, editada pela Academia no ano de 1967. “A visita dos senhores é motivo de honra para o Tribunal de Justiça, especialmente porque o Palácio da Justiça sedia hoje, pela primeira vez, a realização de uma Sessão Extraordinária Solene da Academia”, disse Izaura Maia.

Após assumir a condução dos trabalhos da Sessão, Clodomir Monteiro cumprimentou os presentes e agradeceu o apoio prestado pelo Tribunal às atividades desenvolvidas pela Academia. Em seguida, o escritor convidou a Direção do TJAC e os imortais pre-

sentes para fazer o descerramento solene do quadro com o diploma concedido ao Judiciário.

Na sequência, Clodomir Monteiro anunciou a homenagem que a Academia decidiu fazer a Izaura Maia pela sua carreira profissional em favor do desenvolvimento científico, artístico e cultural do Estado. “A Academia Acreana de Letras se sente honrada ao lhe prestar esta homenagem”, declarou Clodomir Monteiro.

O acadêmico Jorge Araken, desembargador aposentado do TJAC, fez a saudação de tributo a Izaura Maia: “Este momento é de muita satisfação para mim, de poder voltar à minha casa para homenagear minha ex-aluna, filha de um grande amigo e ilustre membro da Academia”, disse, se

referindo ao advogado, jornalista e escritor Aloísio Macêdo Maia.

Jorge Araken relembrou momentos importantes da vida pública da homenageada, os feitos da sua gestão à frente do Poder Judiciário e também agradeceu seu empenho e contribuição aos empreendimentos da AAL. “Por tudo isso, sua Excelência é merecedora desta homenagem”, afirmou.

Os escritores Florentina Esteves e Claudemir Mesquita repassaram às mãos de Izaura Maia o Diploma de Membro Benemérito e a insígnia da Academia (botão para lapela). Posteriormente, o Presidente da AAL fez seu discurso de homenagem ao Judiciário acreano, intitulado “Símbolos, Letras, Justiça e Vida”.

Já na condição de Membro Benemérito da Academia, Izaura Maia agradeceu a distinção e os elogios feitos à sua pessoa e à forma como tem conduzido os destinos do Judiciário acreano. “Acredito que tudo o que é feito com muito amor e carinho, além de nos dar grande prazer, produz bons resultados”, enfatizou, creditando o êxito da atual administração à união da Corte acreana e à harmonia da equipe de gestão.

Ao final da Sessão, o Presidente da Academia pediu um minuto de silêncio em memória do professor e escritor, também membro da AAL, professor Josué Fernandes, falecido no início do mês. O evento marcou o encerramento das atividades da Academia no ano de 2008.

lançados pelo Ministro Tarso Genro no Acre

cidades e do meio rural. Entre os principais eixos do Pronasci destacam-se a valorização dos profissionais de segurança pública; a reestruturação do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Durante a solenidade de lançamento do Território de Paz, o projeto foi apresentado pelo Secretário Executivo do Ministério da Justiça, Ronaldo Teixeira. Segundo ele, “transformar um bairro em Território de Paz significa levar o Pronasci para o dia a dia

da comunidade”. Assim, “vários projetos funcionarão junto com o conceito de ZAP e com um só objetivo: melhorar a vida da comunidade, com menos violência e mais cidadania”.

Justiça Comunitária

Os pequenos conflitos que afloram no cotidiano da cidade, muitos deles com origem em questões de direito civil, acabam se tornando questões de direito criminal, em razão da agressi-

vidade com que são resolvidos, resultando em incremento da violência urbana. Ao possibilitar a solução rápida e amistosa desses pequenos conflitos, o Programa Justiça Comunitária proporciona, ainda, outros benefícios à população, pois ensina a comunidade a resolver seus problemas, trabalha noções de cidadania e melhora a sua qualidade de vida, com custo reduzido para o Poder Público.

Um dos fatores de sucesso do Programa é a utilização de pessoas da própria comunidade para atuar na mediação de conflitos e na prestação de orientação jurídica.

Essas pessoas são selecionadas, capacitadas e supervisionadas por uma equipe multiprofissional do TJAC, e realizam seu trabalho nos núcleos do Programa instalados nos bairros da cidade.

O TJAC, por meio dos recursos liberados pelo Pronasci, vai selecionar agentes comunitários, capacitá-los e estruturar núcleos de atendimento da comunidade nos municípios de Rio Branco, Capixaba e Epitaciolândia. A previsão é de que, a partir de janeiro de 2009, sejam realizados 1.500 atendimentos por mês nas cidades atendidas pelo Projeto.

JTRAN: 13 anos promovendo a Justiça no trânsito de Rio Branco

O Tribunal de Justiça do Acre promoveu, no dia 18 de dezembro, na sede dos Juizados Especiais Cíveis da Capital, atividade comemorativa aos 13 anos de instalação do Juizado de Trânsito (JTRAN) da Comarca de Rio Branco.

O evento contou com a presença dos juízes Solange Fagundes e Thadeu Matias, que atuam no JTRAN, do Comandante da Polícia Militar do Acre, Coronel Romário Célio, dos Diretores Geral e de Operações do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-AC), Cesário Braga e Renato Silva, respectivamente, e do Capitão Nélio Anastácio, representando a Superintendência de Transportes e Trânsito de Rio Branco (RBTrans), além dos servidores dos Juizados e Tribunal.

A juíza Solange Fagundes, titular do 1º Juizado Especial Cível e coordenadora do JTRAN, fez um breve discurso de abertura da atividade comemorativa, oportunidade em que agradeceu aos parceiros pelo apoio que concederam ao Juizado ao longo dos seus 13 anos de existência e fez um relato da história da unidade judiciária, bem como das perspectivas para o futuro.

“O JTRAN desenvolve um trabalho que a sociedade conhece e valoriza. Ao longo desses 13 anos, o Juizado vem conseguindo pacificar o tão aflorado nível de nervosismo que normalmente acomete as pessoas no momento do acidente. Em todo o país, o trânsito é naturalmente estressante e, sobretudo, quando ocorre um acidente e os danos materiais são visíveis, as pessoas



Parceiros do JTRAN comemoram o sucesso do Juizado na pacificação do trânsito

tendem, normalmente, a culpar a outra parte, gerando casos de agressão física. Diante de situações assim, o JTRAN tem conseguido evitar conflitos de maiores proporções, realizando a conciliação e composição dos danos”, explicou a Juíza.

Segundo Solange Fagundes, já existe o projeto de ampliação do campo de atuação do JTRAN, visando estender os seus serviços até o interior do Estado. A Juíza também ressaltou o apoio da Direção do Tribunal para melhor estruturação do Juizado de Trânsito: “Graças ao apoio da Desembargadora Izaura Maia, Presidente do Tribunal, em breve teremos mais uma viatura para prestar um serviço concomitante, mais imediato, já que é comum a ocorrência de chamadas simultâneas”, salientou.

O Diretor-Geral do DETRAN-AC, Cesário Braga, também destacou a importância

do Juizado na resolução dos conflitos que ocorrem diariamente no trânsito da cidade e enfatizou a necessidade de se investir cada vez mais na melhoria dos serviços prestados pelo JTRAN. “Trata-se de um serviço essencial, especialmente se analisarmos o trabalho que tem sido feito em prol da melhoria do trânsito da nossa cidade”, afirmou Braga, parabenizando o TJAC pelos 13 anos de instituição do JTRAN.

Ao lembrar a importante parceria firmada entre o Tribunal de Justiça e o Detran-AC para a operacionalização do Juizado de Trânsito, Braga concluiu dizendo: “Ninguém faz trânsito sozinho. Somos todos parceiros no desafio de humanizar o trânsito”.

A atividade também incluiu homenagens às instituições parceiras do JTRAN, aos magistrados e servidores que trabalharam para o sucesso do Juizado.

COMO FUNCIONA

Criado há 13 anos, o JTRAN é um dos segmentos do 1º Juizado Especial Cível, implantado para atendimento imediato a acidentes de trânsito no local da ocorrência, tendo sua competência delimitada à conciliação, instrução e julgamento de litígios decorrentes desses acidentes.

Atuando de forma gratuita e no próprio local do ocorrido, o atendimento imediato do JTRAN propicia às partes envolvidas o ressarcimento dos danos materiais de forma rápida, eficaz e segura. Até mesmo a evasão de uma das partes envolvidas no acidente não impede a ação do Juizado.

O JTRAN já realizou mais de 17mil atendimentos desde que foi instituído. Ele é coordenado pela Juíza Solange Fagundes e tem como responsável técnico o servidor Afonso Evangelista.

O serviço é gratuito, disponível ao cidadão de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas, e no sábado, das 8 às 22 horas. Em caso de acidentes que não envolvam veículos oficiais, patrimônio público ou vítimas, o cidadão deve ligar para o telefone: 3211-5566 ou 9985-2750.



Magistrados e Servidores recebem Panetone Natalino

Em parceria com o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça realizou a distribuição do tradicional panetone natalino aos magistrados e servidores do Judiciário acreano neste final de ano.

Para a Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, “a iniciativa é uma forma cari-

nhosa de agradecer nossos magistrados e servidores em reconhecimento pelo desempenho no exercício diário das suas atividades”.

Além disso, a iniciativa também valoriza o trabalho das empresas da região, vez que os panetones são fabricados no próprio Estado em caixas personalizadas, estimulando a indústria local.





Veículo utilitário reforça frota do Judiciário

A Presidente do Tribunal de Justiça do Acre, Desembargadora Izaura Maia, entregou no dia 23 de dezembro um veículo utilitário para reforçar a frota do Judiciário.

Acompanhada do Diretor Geral, Thaumaturgo Neto, do Diretor de Planejamento e Orçamento, Paulo Justino, e do Chefe do Setor de Transportes do Tribunal, Celmo Câmara, a Presidente Izaura Maia fez a entrega oficial de um veículo utilitário da marca Hyundai, modelo HR 2.5, aos setores de Al-

moxarifado e Patrimônio do TJAC.

Os servidores Augusto Mota e Érico Lins, que respondem, respectivamente, pela chefia dos setores de Patrimônio e Almo-xarifado, acompanharam a entrega e agradeceram o investimento da atual administração, que tem trabalhado pela renovação da frota, substituindo veículos antigos e obsoletos por veículos novos e funcionais, melhorando a qualidade dos serviços prestados pelo Judiciário.



TJAC promove 7ª Edição do Projeto Mais Arte

O Tribunal de Justiça do Acre lançou no dia 29 deste mês a 7ª Edição do Projeto Mais Arte, com a exposição "Divina Selva Amazônica", do artista plástico Clementino Almeida, e "Fugindo do Fogo", do artista Jean Carlos.

O Projeto Mais Arte foi idealizado pela atual Direção do Tribunal em abril de 2007, com o objetivo de integrar as artes plásticas ao ambiente de trabalho dos magistrados, servidores e visitantes do TJAC, divulgar a produção de artistas locais e facilitar o acesso da população aos bens culturais.

"É prazeroso andarmos pelos corredores do Tribunal e vermos o belo. Além de despertar nossa sensibilidade artística, isso nos anima a trabalhar em nossos gabinetes", afirmou a Presidente Izaura Maia, comemorando o sucesso do projeto que já está em sua 7ª edição.



"O Mais Arte é uma forma que nós encontramos de prestigiar os nossos artistas, mostrando os talentos da nossa região", enfatizou a Presidente, acrescentando: "é encantador ver a nossa história retratada. Fico feliz em poder concluir minha gestão com mais essa exposição".

A exposição dos artistas permanece até o dia 02 de fevereiro de 2009 e está aberta ao público no horário das 8 às 18 horas, na sede do TJAC, localizada na Rua Floriano Peixoto, nº 460, no Centro de Rio Branco. Os agendamentos para visitas coletivas, como grupos de alunos ou turistas, devem ser feitos pelo telefone (68) 3211-5357.

Semana Nacional da Conciliação 2008

Com o slogan "Conciliar é querer bem a você", a Semana Nacional da Conciliação 2008 fortaleceu a idéia do bem que a conciliação favorece. Por meio dela, por exemplo, o cidadão ganha mais rapidez na resposta definitiva ao caso que o levou à Justiça, os conflitos litigiosos e o tempo para a análise dos processos diminuem, assim como os desgastes emocionais e financeiros com o Judiciário.

DESEMPENHO

As estatísticas finais da campanha, divulgadas no dia 16 de dezembro, no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, revelam que este ano foram atendidas 629.590 pessoas, número que ultrapassa o dobro de atendimentos da Semana em 2007 (291.438).

Nos cinco dias de intensa mobilização, realizada de 1º a 5 deste mês, foram realizadas 307.884 audiências, das quais 42% resultaram em acordos, correspondente a 130.424 conciliações. Os 99 mil participantes da Semana ajudaram mais de 600 mil pessoas a tentar acordos em conflitos que ainda não eram processos ou já tramitavam na Justiça. Neste ano, 70 mil colaboradores; 17 mil magistrados; 11 mil conciliadores e mil juízes leigos estiveram envolvidos na campanha realizada pela Justiça Estadual, Federal e do Trabalho em todos os Estados.

No Acre, o volume de processos solucionados envolveu o pagamento de R\$ 369, 2 mil. Em todo o Estado foram realizadas 1679 audiências durante os cinco dias da atividade, com a obtenção de aproximadamente 38% de acordos. A coordenação da atividade no Estado, que teve à

frente a Desembargadora Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça, avaliou positivamente os resultados desta edição.

Ao logo do ano, o Tribunal de Justiça do Acre promoveu e estimulou, tanto na capital como no interior, diversas atividades com o objetivo de fortalecer a prática da conciliação, como a Semana Acreana da Conciliação, que aconteceu no período de 12 a 15 de agosto, e contribuiu para a redução das demandas para o Judiciário estadual.

RAPIDEZ E PRATICIDADE

Durante a última edição da Semana, muitos foram os casos de conciliação, grande parte deles decorrente de processos que aguardavam solução há bastante tempo e agora tiveram desfecho prático e rápido.

Depois de dois anos tramitando na 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Branco, um processo envolvendo cobrança de dívida de mensalidade escolar foi resolvido por meio de acordo.

A parte ré acumulava dívidas na escola do seu filho desde 2006, e, por meio da conciliação, acordou quitar o débito em seis parcelas. Para haver a conciliação, a parte autora preferiu reduzir o valor total da dívida, com o objetivo de que o processo fosse solucionado sem complicações.

A audiência de conciliação entre as partes foi conduzida pelo Juiz Laudivon Nogueira, titular da Vara, que, após homologar o acordo, declarou extinto o processo.

Casos de endividamento e cobranças são comuns nas audiências de conciliação. Os juízes e conciliadores sempre buscam a resolução desses pequenos conflitos de maneira rápida e amistosa.

CONCILIAR É QUERER BEM A VOCÊ
3ª SEMANA NACIONAL PELA CONCILIAÇÃO - DE 1ª A 5 DE DEZEMBRO DE 2008



Guarda Compartilhada

A Lei nº 11.698/2008, que altera o Código Civil e estabelece a guarda compartilhada para filhos de pais separados, entrou em vigor no dia 15 de agosto de 2008. A nova lei prevê que seja dada preferência a esse tipo de tutela em qualquer processo de separação, considerando, é claro, o bem-estar do menor em primeiro lugar.

Anteriormente, a guarda fixada pela Justiça era sempre a unilateral e o filho ficava apenas com um dos pais. Com a guarda compartilhada, tanto o pai quanto a mãe passam a dividir direitos e deveres relativos aos filhos e as decisões sobre a rotina da criança ou do adolescente.

Na guarda compartilhada, apesar de ter uma residência fixa, o menor pode transitar livremente entre a casa de seu pai e de sua mãe, sempre dentro das possibilidades de ambos e da criança. Os horários de visitação são flexíveis, assim como os períodos de férias.

Essa modalidade permite que os pais acompanhem e participem mais de perto de todos os aspectos que envolvem o desenvolvimento dos filhos: o psíquico, o físico e o mental. Por exemplo, os pais podem participar das reuniões promovidas pela escola, entrevistas com profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos ou dentistas.

O sustento do filho também cabe igualmente aos pais, obedecendo-se às possibilidades de cada um e às necessidades da criança. A obrigação da pensão alimentícia continua valendo para os dois tipos de guarda, no entanto, os valores poderão ser revistos, diante do aumento ou redução das despesas dos responsáveis.

Para fomentar a discussão sobre o tema, o Judiciário em Foco ouviu as opiniões do Juiz de Direito Pedro Luis Longo, da 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, do Promotor Público Carlos Roberto da Silva Maia, e do Defensor Público Antonio Maia Magalhães.



Juiz de Direito

Pedro Luis Longo

Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco

■ Acredito que o instituto da guarda compartilhada tenha sido uma inovação positiva trazida pelo legislador, já que com o grande aumento do número de separações ou mesmo de famílias que se constituem não da forma tradicional, com pais e mães às vezes residindo em locais separados, ou mesmo em cidades separadas, deve-se pensar prioritariamente nos interesses dos filhos. A nova lei inova ao trazer como regra geral a guarda compartilhada, posto que antes ao juiz era determinado que escolhesse entre o pai ou a mãe aquele que possuía melhores condições de ficar com a criança, ao passo que o outro ficava apenas com o direito de visita.

Essa solução antiga acabava por fazer com que um dos genitores tivesse um contato mais permanente com a criança, e o outro, de certa forma, ficasse mais afastado. Como regra geral, a mãe acabava

ficando com a guarda, embora isso não estivesse fixado na legislação, e o pai, na maioria dos casos, ficava com o contato apenas nos finais de semana, ainda assim de forma alternada. Por isso, avalio que tenha sido uma inovação importante. Trata-se de um instituto que ainda está em fase de construção, ou seja, não existem ainda regras bem ordenadas, e caberá aos juízes, aos promotores, aos advogados e, principalmente às partes, encontrar os caminhos mais apropriados para que isso de fato ocorra.

Haverá dificuldades, certamente, porque muitas vezes o compartilhamento é um tanto difícil, há que se pensar muito para encontrar a solução ideal. Imaginemos o exemplo de um pai que resida numa cidade e a mãe noutra. Ambos têm direito à guarda compartilhada, porém, a criança também tem suas obrigações e rotinas, como escola, atividades físicas e sociais. Nesse caso, como será feito o compartilhamento? O filho ficará um semestre com o pai, um semestre com a mãe? Um ano com um, um ano com o outro? São tantas as hipóteses que certamente todos aqueles envolvidos na área de família precisaremos refletir juntos para encontrar o melhor caminho, com o objetivo de que a lei seja aplicada e que ela de fato traga, também, aquele que é o principal benefício: a possibilidade de a criança conviver em igualdade de condições tanto com o seu pai, quanto com a sua mãe, desde que ambos tenham interesse.



Promotor de Justiça
Carlos Roberto da Silva Maia
Titular da 4ª Promotoria Cível, com atuação na 1ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco

■ As vantagens que a guarda compartilhada proporciona aos filhos são muitas, pois ela alimenta uma convivência saudável e harmoniosa, trazendo como consequência um amadurecimento propício, com formação adequada do caráter e conseqüentemente uma preparação melhor para as adversidades da vida. Para isso, entretanto, é primordial que os pais entendam que os interesses do filho é que devem prevalecer, deixando de lado as mágoas e as intrigas que porventura venham a ter, conscientizando-se que a prole tem o direito de usufruir a companhia tanto de um, quanto do outro.

Como pontos positivos da nova lei, destaco o fim da regulamentação do direito de visitas, o compartilhamento da convivência, o exercício igualitário de direitos, a assunção, também equânime, dos deveres e a divisão de responsabilidade em todas as questões que envolvam os filhos, levando os pais a participarem efetivamente do desenvolvimento e da vida deles.

Por outro lado, não é possível deixar de mencionar as dificulda-

des para aplicação da nova lei. Já que a guarda compartilhada passou agora a ser a regra, tem sido complicado tentar impô-la aos pais que mal se falam, que se importam mais com agressões recíprocas, que usam os filhos para machucar um ao outro, que não possuem o mínimo perfil para exercer tal responsabilidade, respeitando direitos e assumindo deveres de forma igualitária e eficiente. Tentar impô-la também aos filhos, só porque os pais a querem, sem a constatação de que realmente atendem seus prevalentes interesses, é outro ponto extremamente pernicioso.

A Lei 11.698/08 (que alterou os arts 1.583 e 1.584, do Código Civil) não veio facilitar a relação entre pais separados, até porque a guarda compartilhada já era aplicada antes da sua promulgação em decisões judiciais, depois de verificada, é claro, a sua conveniência para os filhos e desde que requerida pelas partes. O que facilita a aplicabilidade da guarda compartilhada é a inexistência de conflitos entre os pais ou, caso existam tais conflitos, que sejam gerenciáveis entre si, sem recorrência constante ao Judiciário para dirimi-las. A harmonia, o relacionamento pacífico entre os pais é a chave para o sucesso da guarda compartilhada no desenvolvimento sadio dos filhos.

Para atingirmos um melhor cumprimento da nova lei, acredito no acompanhamento eficaz com visitas rotineiras de psicólogos e assistentes sociais para pais com dificuldades de relacionamento, proporcionando a eles o entendimento da importância de se respeitarem, estimulando a autoconfiança, estimulando a cooperação mútua, tudo a fim de garantir aos filhos uma convivência pacífica em um habitat tranquilo.



Defensor Público
Antonio Magalhães Maia
Com atuação nas Varas de Família da Comarca de Rio Branco

■ A guarda compartilhada é um grande instrumento quando se tem a paternidade e a maternidade responsável, vez que não é utilizada para punir o ex-cônjuge/companheiro, mas uma forma de participação efetiva na formação da criança.

Os pontos positivos da guarda compartilhada estão contidos na possibilidade legal de os pais poderem participar da formação do menor, uma vez que poderão conjuntamente escolher o que é melhor para seu filho. No entanto, quando não há entendimento entre os genitores e esses usam da guarda compartilhada como um instrumento de pressão ao outro cônjuge, visando prejudicá-lo, é sempre o filho o mais prejudicado, pois ele não encontra nos pais os verdadeiros orientadores na sua formação como cidadão, tornando-se apenas um instrumento de uso pelos pais que tiveram uma relação conjugal mal dissolvida e não resolvida.

A guarda compartilhada facilita a relação entre os pais separados e seus filhos, mas isso desde que os pais tenham em mente o que será melhor para orientar a formação de seus filhos, esquecendo os egoísmos individuais e colocando em primeiro plano o bem-estar dos menores, uma vez que a lei visa apenas nortear a melhor forma de os pais se relacionarem em relação a criação do filho com a participação dos dois, e não apenas de um.

Para melhor aplicação da nova lei, os pais que disputam os filhos na Justiça devem tomar consciência de que os menores não podem ser objeto de barganha, já que muitos pais tentam fazer uso da lei para retirar pensão alimentícia, e dessa forma, a lei não foi criada para tal, mas apenas como mais um instrumento jurídico para facilitar e atualizar as formas de resolução de conflitos na esfera de família. A lei não deve ser encarada como um instrumento único ou panacéia para resolução de todos os problemas familiares, conquanto devamos observar que os conflitos irão sendo pacificados a partir do momento em que os as pessoas possam estabelecer o diálogo e os problemas gerados por relações mal dissolvidas sejam resolvidos pacificamente, utilizando-se de conversas fraternais e colocando acima de tudo o amor. A partir da maior conscientização acerca da responsabilidade dos pais teremos condições de, por meio do Judiciário, resolver os conflitos não solucionados entre as partes e somente na impossibilidade de resolução dessas divergências é que a Justiça deverá intervir.



Controle Interno, Coordenadoria de Engenharia e Comissão de Licitação têm novas instalações

Foi entregue, no dia 5 deste mês, mais uma obra de reforma nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Acre. Desta vez, os servidores da Auditoria de Controle Interno, Coordenadoria de Engenharia, Arquitetura e Manutenção, e Comissão Permanente de Licitação foram contemplados com novo ambiente de trabalho.

A Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, acompanhada do Vice-Presidente, Desembargador Pedro Ranzi, e da Corregedora Geral da Justiça, Desembargadora Eva Evangelista, saudou os magistrados e servidores presentes à solenidade e frisou a importância da obra.

“A entrega desta reforma é de grande importância para a estrutura do Poder Judiciário, que



Direção do TJAC celebra a conclusão de mais uma obra de reforma

passa a contar com prédios e mobiliário novos, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados por nossas unidades e para o próprio embelezamento da nossa cidade, com fachadas modernas,

assim como aconteceu com o prédio da Diretoria de Recursos Humanos e Coordenadoria Administrativa”, declarou a Desembargadora.

Izaura Maia destacou, ainda,

o empenho da equipe como fator essencial para o bom desenvolvimento da sua gestão. “Nada disso seria possível sem o apoio da equipe que hoje compõe a administração do Tribunal de Justiça, sempre disposta a planejar e a executar projetos”.

Os desembargadores Pedro Ranzi e Eva Evangelista também fizeram questão de enaltecer a entrega de mais uma obra de reforma e destacaram o caráter motivador dessa ação para a maior integração e dedicação do servidor ao seu trabalho.

O prédio que abriga as três unidades está localizado na Rua Benjamin Constant, ao lado do Fórum Barão do Rio Branco, no centro da Capital, e passou por readequação na sua estrutura física e recebeu a instalação de nova rede elétrica e de informática.

Juizados Especiais Criminais

Novas instalações são entregues à comunidade

Já no dia 30, a Desembargadora Izaura Maia entregou as novas instalações dos Juizados Especiais Criminais da Comarca de Rio Branco. O evento foi prestigiado pelo Vice-Presidente do TJAC, Desembargador Pedro Ranzi, pela Corregedora Geral da Justiça, Desembargadora Eva Evangelista, além de diversas autoridades, entre elas a Procuradora Geral do Estado, Nazareth Lambert, Secretária da Controladoria do Estado, Flora Valladares, Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Henrique Corinto, Corregedor do Instituto de Administração Penitenciária, Leonardo Carvalho, magistrados, diretores, assessores e servidores do Judiciário.

O prédio que passa a abrigar o 1º e o 2º Juizado Especial Criminal da Capital está localizado na Avenida Nações Unidas, nº 2.688, Bairro Estação Experimental. O local foi totalmente reformado para abrigar as unidades. A obra consistiu na reforma geral das antigas instalações, com a reestruturação da fachada, aquisição de novos equipamentos de informática, sistema de ar refrigerado e mobiliário, além de nova rede lógica de internet, elétrica e hidráulica.

Após o descerramento da placa de entrega das novas instalações, o Juiz de Direito Afonso Braña Muniz, Titular do 2º Juizado Especial Criminal, fez um breve pronunciamento, oportunidade em que saudou os presentes e parabenizou a Direção do Tribunal por investir na melhoria das condições de trabalho dos magistrados e servidores do Judiciário acreano.

“É com enorme satisfação que estamos nesse novo ambiente”, afirmou o Juiz, acrescentando: “Atendemos um número significativo de cidadãos de nossa cidade e agora, com essas novas instalações, teremos condições de melhorar ainda mais a nossa prestação jurisdicional”.

O Titular do 1º Juizado Especial Criminal, Juiz de Direito José Augusto Cunha Fontes da Silva, salientou a importância de



Reunião das unidades em um único endereço garante funcionalidade aos serviços

se concentrar as duas unidades judiciárias em um mesmo local, possibilitando melhor acesso dos jurisdicionados aos serviços da Justiça. “Com esse espaço unificado, as pessoas irão procurar o mesmo lugar, onde obterão pronto atendimento. Isso é excelente”, disse.

Ao fazer suas considerações, a Corregedora Eva Evangelista também elogiou a unificação das duas unidades. “Nós teremos, agora, a funcionalidade”, destacou a Desembargadora, ressaltando o empenho da administração do TJAC em aprimorar a estrutura física e tecnológica do Judiciário.

Por sua vez, o Desembargador Pedro Ranzi lembrou um pouco da história dos Juizados Criminais em Rio Branco, tendo o 1º JECRI completado 13 anos de existência no dia 8 de dezembro. “Fico feliz por acompanhar esse momento importante de celebração da construção e crescimento dos Juizados. Esse momento de conagração dos meus colegas magistrados e suas equipes é salutar porque o nosso serviço é apaziguar a sociedade,

esta é a missão dos Juizados Criminais”, enfatizou o Vice-Presidente do TJAC.

A Presidente Izaura Maia assegurou que a idéia de reunir os dois Juizados em um só local, com espaços otimizados, além de propiciar um ambiente de trabalho mais adequado e saudável, teve o objetivo de melhorar os serviços oferecidos aos jurisdicionados.

Em seu pronunciamento, Izaura Maia agradeceu mais uma vez o trabalho de sua equipe: “É importante também destacar o papel desempenhado por minha equipe, que me sustenta e permitiu concretizar importantes sonhos em prol do Judiciário, que é a casa de todos nós”.

Instalado em 08 de dezembro de 1995, o 1º Juizado Especial Criminal funcionava à Rua Riachuelo, nº 333, no Bairro José Augusto. Já o 2º Juizado Especial Criminal, instalado em 06 de dezembro de 2002, funcionava na 6ª USP, no Bairro Aeroporto Velho.

Com a entrega das novas instalações, as audiências agendadas para ocorrer nos prédios antigos já serão realizadas na nova unidade localizada no Bairro Estação Experimental.



Endereço: Avenida Nações Unidas, nº 2.688, Bairro Estação Experimental.
Funcionamento: de 2ª a 6ª, no horário de 8 às 18 horas.
Contato: 1º JECRI - 68 3227 5425 / 2º JECRI - 68 3226 5432.



Trabalho realizado por Corregedoria promove avanços na Justiça Acreana

Em entrevista concedida ao Judiciário em Foco, a Desembargadora Eva Evangelista, Corregedora Geral da Justiça no biênio 2007-2009, avalia sua gestão à frente da COGER destacando os avanços da Justiça no Estado do Acre.

● **Judiciário em Foco:** Como avalia a sua gestão à frente da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Acre?

■ **Des.^a Eva Evangelista:** A avaliação de uma gestão deve estar centrada na responsabilidade, no compromisso social e no resultado. Com o quadro reduzido de juízes do Estado, a taxa de congestionamento dos processos da Justiça Comum no Acre alcançava 78% em janeiro/2007, considerada situação complicada. Atualmente, segundo os dados estatísticos de novembro/2008, a taxa de congestionamento geral importa em 36,49%. Portanto, situação considerada administrável, distribuída da seguinte forma: Justiça Comum: 52,82% e Juizados Especiais: 17,82%.

Entretanto, não há desconhecer que tal decorre de construção compartilhada em adstrição às metas traçadas, o empenho, a motivação, o comprometimento de juízes e servidores e o indispensável alinhamento às diretrizes da administração do Tribunal de Justiça.

● **Judiciário em Foco:** Quais as principais ações de sua gestão? Alguma merece destaque especial?

■ **Des.^a Eva Evangelista:** Todas as ações são importantes à medida que visam o atendimento à população, mas, especialmente: a) as Correições Gerais Ordinárias Judiciais e Extra-judiciais realizadas em todas as Comarcas do Estado em 2007 e 2008,

importante instrumento de aferição de produtividade dos magistrados e servidores pela natureza descritiva dos atos correicionais cujos relatórios promoveram o retrato de cada uma das unidades judiciais e extra-judiciais do Estado do Acre; b) as audiências públicas realizadas nas Comarcas do Estado que aproximam a comunidade do Judiciário; c) as informações disponibilizadas à população pelo setor de atendimento ao usuário da Corregedoria Geral da Justiça com 290 pedidos de providência (196 autuados no SAJ/SG) e 19 reclamações nos exercícios de 2007 e 2008; d) o controle das taxas de congestionamento e o diagnóstico das causas de morosidade processual.

• **Judiciário em Foco:** Na sua avaliação o Judiciário acreano vem cumprindo com o que a sociedade espera dele?

■ **Des.^a Eva Evangelista:** A missão do Judiciário Acreano está centrada no atendimento ao primado constitucional de garantia da qualidade do acesso à Justiça não somente via procedimentos da Justiça comum, mas,

também dos Juizados Especiais, Justiça Comunitária, Projeto Cidadão, e Centros Integrados de Cidadania nos municípios sedes de Comarcas não instaladas.

• **Judiciário em Foco:** Quais seriam hoje os desafios e perspectiva da Justiça do Acre?

■ **Des.^a Eva Evangelista:** O desa-

fio é o atendimento às populações mais distantes, residentes às margens dos seringais, aldeias indígenas, os despossuídos em geral, distanciados de políticas públicas. E, de modo geral, garantir a razoável duração do processo. As perspectivas são construir a visão de futuro do Tribunal de Justiça para tornar o Poder Judiciário Acreano um referencial.



A avaliação de uma gestão deve estar centrada na responsabilidade, no compromisso social e no resultado.



Formação e qualificação os objetivos da ESMAC

No biênio 2007-2009, a Escola Superior da Magistratura do Acre, dirigida pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Ranzi, desenvolveu um trabalho concentrado na formação continuada e no aperfeiçoamento de magistrados. Sobre o tema, confira a entrevista concedida ao Judiciário em Foco pelo Diretor da Escola.

• **Judiciário em Foco:** Como avalia a sua gestão à frente da Escola Superior da Magistratura do Acre?

■ **Des. Pedro Ranzi:** A avaliação é positiva. A instalação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) apontou novas perspectivas de formação e aperfeiçoamento dos magistrados, publicando em setembro de 2007 resoluções que dispõem sobre: 1 – Curso de Formação para ingresso na Carreira da Magistratura; 2 – Curso de Aperfeiçoamento para fins da vitaliciamento e promoção daqueles que já estão no cargo. Isso marcou uma nova fase nas Escolas de Magistratura de todo o país e a ESMAC não

fugiu à regra, concentrando todos os seus esforços no cumprimento dessas resoluções.

No biênio 2007-2009, a atuação da ESMAC teve exclusiva finalidade de garantir e promover a formação e qualificação dos magistrados. Na medida em que coube a este órgão de ensino implementar os novos paradigmas editados pela ENFAM, ele assumiu posição singular no âmbito de Poder Judiciário acreano.

• **Judiciário em Foco:** Quais as principais ações da sua gestão?

■ **Des. Pedro Ranzi:** Destaco seis ações principais. A primeira foi o credenciamento dos Cursos de Aperfeiçoamento, já existentes na ESMAC, junto à

ENFAM, para fins de promoção e vitaliciamento dos magistrados:

Cursos Credenciados	Carga Horária
Redação de Ementas	18h
A Arte de Mediar	30h
O Juiz e a Ética	15h
Formação de Lideranças	15h
Curso em fase de credenciamento	Carga Horária
As recentes alterações introduzidas no Código de Processo Penal Brasileiro	20h



de magistrados foram no biênio 2007-2009

Também merece destaque a implantação de um sistema de cadastro (CCMAG) objetivando o controle, a segurança e a excelência do acervo de informações acadêmicas (aproveitamento em cursos e frequência) no processo de promoção e vitaliciamento dos magistrados.

Cursos cadastrados	165
Magistrados cadastrados	45
Cursos registrados	1.576

Dentro da mesma perspectiva organizacional, também foi implantado um sistema de cadastro de atendimento ao público externo, com a finalidade de reunir em ordem cronológica e por assunto as demandas ofertadas à ESMAC, garantindo maior eficiência na gestão das informações.

Atendimentos cadastrados	1.321
Atendimento externo	493
Atendimento interno	828

Nesse biênio, a Escola também se dedicou à elaboração de instrumento de avaliação para credenciamento dos cursos junto à ENFAM e à elaboração do projeto pedagógico para o Curso de Formação para ingresso na Magistratura, conforme resoluções publicadas pela Escola Nacional.

Por fim, ressalto a importante implementação do programa de MBA em Poder Judiciário, tendo como objeto o convênio formalizado entre o Tribunal de Justiça do Acre e a Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, coordenado pela ESMAC. O programa teve início em 12 de maio de 2006 e terminou no dia 17 de outubro de 2008, com uma turma de 49 alunos, onde 48 concluíram.

• **Judiciário em Foco:** Quais seriam hoje os desafios e perspectivas da ESMAC?



■ **Des. Pedro Ranzi:** O desafio é o fortalecimento da Escola para novos tempos, através da readequação da estrutura física, qualificação do corpo docente e de servidores e reestruturação da biblioteca. Além disso, ao mesmo tempo que divulgar a crescente responsabilidade da ESMAC na formação e aper-

feiçoamento dos magistrados, a Escola pretende realizar o primeiro Curso de Formação para ingresso na Magistratura, conforme a resolução e instrução normativa nº. 1/ENFAM, que dispõe sobre conteúdo mínimo obrigatório, carga horária, metodologia e sistema de avaliação.

Ministro Luiz Campbell visita a Corte Acreana

Durante Sessão do Pleno Judicial do TJAC, realizada no dia 12 deste mês, o Ministro Mauro Luiz Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, visitou os Membros da Corte Acreana, acompanhado do Procurador Geral de Justiça, Edmar Azevedo Monteiro Filho. Campbell esteve em Rio Branco por conta da homenagem que o Ministério Público Estadual (MPE-AC) fez a ele, ao Ministro Gilson Dipp e ao Governador Arnóbio Marques, com a entrega da Ordem do Mérito do Ministério Público do Estado do Acre.



ESMAC e ASMAC promovem IV Noite Magistral

A Escola Superior da Magistratura do Acre (ESMAC) e a Associação dos Magistrados do Acre (ASMAC) realizaram no dia 5 deste mês mais uma Noite Magistral. O evento aconteceu no Buffet Espaço A e, pela primeira vez, contou com a organização das duas instituições. Neste ano, o evento teve como temática as culturas árabe e espanhola, cujas características estiveram presentes na decoração da festa, no jantar e nas apresentações culturais da noite. O evento contou ainda com a participação especial do coral de reeducandas da Unidade de Recuperação Social Francisco D'Oliveira Conde, que realizaram a abertura da confraternização.



Eleita a nova Direção da ASMAC

A Associação dos Magistrados do Acre (ASMAC) realizou no dia 12 de dezembro a eleição para a gestão 2009-2011. Com 64,7% dos votos foi eleito o Juiz Giordane Dourado, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cruzeiro do Sul. Duas chapas disputaram a eleição: a chapa *União para Avançar*, tendo como candidato a presidente o Juiz Giordane Dourado e 1º e 2º vice-presidentes, respectivamente, os juizes Marcelo Coelho e Júnior Ribeiro; e a chapa *Trabalho, Compromisso e Integração*, tendo como candidato a presidente o Juiz Luis Camolez e 1º e 2º vice-presidentes a juíza Olívia Ribeiro e o desembargador aposentado Ciro Facundo. Nessa eleição, 60 associados, ativos e inativos, estiveram aptos a votar. O candidato eleito é natural de Tarauacá (AC) e assumiu o cargo de Juiz de Direito em 15 de março de 2002. A posse da nova Diretoria da ASMAC ocorrerá no mês de fevereiro de 2009.

Festa de Confraternização do SINSPJAC

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre (SINSPJAC) realizou no dia 20 de dezembro o seu tradicional baile de confraternização de final do ano. A festa aconteceu na sede da Associação dos Funcionários da Eletroacre (AFELETRO), em Rio Branco, e contou com grande participação de servidores. A Presidente do TJAC, Desembargadora Izaura Maia, também prestigiou o evento promovido pelo Sindicato.



Panetone Natalino

Neste final de ano, por meio de uma parceria entre o Tribunal de Justiça e o Governo do Estado, os magistrados e servidores do Judiciário foram agraciados com o tradicional panetone natalino.

